

Duas décadas de formação superior em Ciência da Informação, Reflexões testemunhais na primeira pessoa

Armando Malheiro da Silva

Não me sinto plenamente capacitado para contribuir, aqui, com um testemunho sobre a génese e a evolução do ensino graduado e pós-graduado em Ciência da Informação em Portugal desde 2001. Não porque não tenha estado implicado nessa “revolução” antes mesmo do arranque das duas Licenciaturas que surgiram nesse ano, uma na Universidade do Porto (parceria conjunta das Faculdades de Letras e de Engenharia) e outra no Instituto Politécnico do Porto, mas porque não tenho participado no processo de avaliação dos cursos como a minha colega e amiga Professora Fernanda Ribeiro, conhecedora profunda da gestão e das práticas formativas académicas. No entanto, desafiado a fazer um texto testemunhal que ajude a comemorar reflexivamente o vigésimo aniversário da Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação do IPP, não posso contrariar a minha habitual postura de aceitação com as colegas e ex-doutorandas que formam o corpo docente desse projeto formativo.

2001 (advento ocasional de um novo século e de um novo milénio) vai ficar na história da formação profissional ministrada em Portugal na área da Documentação e Informação, porque não sinaliza somente o aparecimento das duas primeiras licenciaturas, mas marca uma mudança profunda (acima usei entre aspas o termo revolução, de modo algo enfático, reconheço...) com implicações práticas ou profissionais e epistemológicas.

E centro-me nas segundas para referir que essas duas licenciaturas, visando o mesmo propósito de formar um profissional completo e não um mero especialista de viés



Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da
Universidade do Porto / CITCEM

profissionalizante, fundamentaram-se em perspectivas e em formulações paradigmáticas diferentes. Enquanto a Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto teve por base uma reflexão epistemológica que conduziu, claramente, a uma mudança de paradigma, transitando-se do paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista para o pós-custodial, infocomunicacional e transdisciplinar, a Licenciatura CDTI, cuja mentora e impulsionadora foi a Doutora Otília Lage, refletiu na designação e no primeiro plano de estudos uma certa ambiguidade paradigmática: não se pode dizer que estivesse vinculada a todos os elementos do paradigma custodial, mas exibiu ainda a presença do tecnicismo (ou prática técnica voltada para o tratamento e a organização da documentação) e para uma assunção da fragmentação disciplinar (a multi e interdisciplinaridade) patente no plural empregue – ciências. Esse tecnicismo não pode ser confundido com tecnologia, pois quanto a este tópico ambas as Licenciaturas, não obstante diferentes exercícios fundadores, incorporaram a dimensão TIC ou informática, aceitando, assim, o exigente desafio posto à Era da Informação, de que tratou Manuel Castells, na sua obra em três grossos volumes (Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, 2002-2003).

O acerto dessa orientação, rumo ao futuro, não eliminou uma dificuldade inerente: conciliar as duas culturas (título do famoso livro do físico-químico inglês Charles Percy Snow, publicado em 1959), a científica e a das humanidades. A formação tradicional ministrada a arquivistas, bibliotecários, documentalistas e museólogos foi hegemonicamente fornecida pelas Faculdades de Letras com destaque para os cursos de História, Literatura, Filologia Clássica e História da Arte. Em contraponto, os tecnólogos e informáticos procedem das engenharias, ou seja, das Ciências Exatas e Naturais. Procedem ambos de culturas que não podem, nem devem ser antagónicas, mas ao longo do séc. XX

criou-se, por força da apologia da especialização científica e profissional, um fosso aparentemente intransponível entre elas. Um fosso que afeta nomeadamente a Ciência da Informação, cuja natureza epistemológica é atravessada por uma tensão entre os que a consideram uma ciência social aplicada e os que a vêem como sucedâneo da tecnologia digital. É verdade que o núcleo duro da atividade do profissional da informação centra-se em procedimentos e em operações técnicas (classificação, catalogação, indexação, etc.) que hoje são resolvidas, com imenso sucesso, por algoritmos. No entanto, isto é apenas uma parte do que incumbe à CI fazer enquanto disciplina científica exige ser definida com maior amplitude e profundidade de vistas: “investiga os problemas, temas e casos relacionadas com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)”. A Licenciatura CTDI, com a ajuda de avaliações recentes, tem clarificado muito mais seu posicionamento paradigmático e isto permite-lhe, num novo enquadramento orgânico (inicialmente esteve na ESEIG e agora acha-se no ISCAP), avançar no diálogo urgente e incontornável com a área de Sistemas de Informação, voltada para a concepção e fabrico de dispositivos e, sobretudo, de plataformas digitais que só podem servir a atividade humana e social se nelas estiver implicado, desde a génese até ao monitoramento do seu uso, o cientista da informação. Sei que as barreiras ao desenvolvimento desse diálogo está nos dois lados (nos dois lados das duas culturas), mas também sei que no Mundo complexo, em que estamos imersos, só a autêntica inter e transdisciplinaridade pode dar-nos a chave para o progresso sustentável e verdadeiramente globalizado, com equilíbrio e sem agudas assimetrias.